



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 2/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZANOVE DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE:-----

-----Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezassete, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----Não esteve presente na reunião o Vereador Dr. Acácio Fonseca Fernandes, eleito pelo PS por motivo de doença, tendo a Câmara considerado justificada a falta.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pela pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 4/01/2017, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 12, referente ao dia que dezoito do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

-----Foi presente a circular referência 99/2016-PB, de 28/12/2016, da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que foi publicada a Lei nº. 42/2016, de 28 de dezembro, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2017, a qual tem implicações e reflexo no quotidiano locais.-----

-----Assim, envia em anexo uma identificação sintética (não exaustiva) das principais alterações introduzidas pela Lei nº. 42/2016, de 28 de dezembro, que têm particular incidência na atividade dos municipais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-MINUTA DO ACORDO ENTRE PARCEIROS NO ÂMBITO DO PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA:-----

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----Na sequência do Aviso Nº. CENTRO-66-2016-15 para apresentação de candidaturas do Programa Operacional da Região Centro (CENTRO 2020), no âmbito da Tipologia de Operação prevista na alínea d) do nº.1 do artigo 30º. da Portaria nº.60-C/2015, de 2 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias nº.181-A/2015, de 19 de junho, nº.190-A/2015, de 26 de junho, nº. 148/2016, de 23 de maio e nº. 311/2016, de 12 de dezembro, denominada "Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar”, integrante da Prioridade de Investimento 10.i do Domínio do Capital Humano.-----

-----Nos termos do ponto 3 do Aviso e da alínea b) do artigo 31º. da Portaria nº.60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, são entidades beneficiárias as Comunidades Intermunicipais (CIM) e os Municípios que as integram, sendo que estes últimos apenas poderão apresentar candidatura enquanto entidade parceira das CIM, as quais assumem obrigatoriamente a qualidade de entidades coordenadoras de parceria;-----

-----Ao abrigo do disposto na alínea a) do nº. 4 do artigo 7º. da Portaria nº. 60-A/2015, de 2 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias nº. 242/2016, de 13 de agosto, e nº. 122/2016, de 2 de março, entre os elementos a constar nas candidaturas desenvolvidas em parceria deve estar um instrumento de formalização da mesma, designada de “Acordo entre Parceiros”;-----

-----As candidaturas desenvolvidas em parceria consistem no envolvimento concertado de diversas entidades na concretização de um projeto, as quais se assumem como parceiras na prossecução desse objetivo comum, tendo em vista a consolidação de sinergias no desenvolvimento das respetivas ações que integram a operação cofinanciada.-----

-----A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra é a entidade coordenadora da parceria dos municípios que a integram e irá apresentar a candidatura “Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra” ao referido Aviso e os parceiros comprometem-se a desenvolver em conjunto o projeto, sujeito a aprovação de cofinanciamento pelo Centro 2020.-----

-----Assim para efeitos de aprovação foi presente a minuta do Acordo entre Parceiros no Âmbito do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra que terá de ser assinado por todos e submetida candidatura até ao final do corrente mês de janeiro.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Acordo e mandar o Senhor Presidente a outorgar o mesmo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-Mortágua Futebol Clube – Apoio atividade Futebol ano de 2017:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 11/01/2017, do Mortágua Futebol Clube a solicitar o apoio para o desenvolvimento das suas atividades desportivas referente à restante época de 2016/2017, nomeadamente para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato nacional de seniores e no campeonato distrital das suas equipas de Juniores, Juvenis, Infantis, Benjamins, Traquinas e Escolas, num total de mais duzentos (200) atletas, considerando que o Protocolo anteriormente celebrado previa um financiamento das atividades até ao final do ano transato e a época desportiva prolonga-se até Maio de 2017.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local, nomeadamente na formação e ocupação de um grande número de atletas nos diversos escalões etários e considerando ainda de que esta Coletividade enveredou pelo amadorismo, e que o pedido se enquadra na alínea c), do n.º 1, do artigo 3.º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição de subsídio mensal de dez mil euros (10.000,00 €) de Janeiro a Maio inclusive, mediante celebração de Protocolo previsto no artigo 4.º. do Regulamento de Apoio a Entidades Terceiras.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e nas Opções do Plano no Projeto 2017/5032 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas.-

-----Depois de apreciado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.-AÇÃO SOCIAL:

7.1.-REDE SOCIAL:

7.1.1.-Município Presente - Processo de Candidatura nº. 1/2017:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 1/2017 de candidatura ao apoio social previsto no Regulamento Município Presente requerendo nos termos da alíneas a), b) e d) do nº. 1 do artigo 2º. do referido Regulamento para apoio económico, para habitação permanente própria, pagamento de crédito da habitação e de despesas domésticas, nomeadamente faturação de água, eletricidade e gás e de medicação.-----

-----A candidatura foi, nos termos do artigo 9º. do Regulamento, analisada pela técnica do serviço social do município que elaborou o respetivo Relatório Social constante no processo.

-----O Relatório Social presente na Reunião de Câmara conclui que se trata de agregado familiar em situação de pobreza absoluta, motivada por problema de saúde grave que lhe confere a incapacidade para o trabalho e que se justifica o pedido de apoio para pagamento de despesas domésticas, nomeadamente faturação de água, eletricidade e gás, propondo que seja disponibilizado um apoio de carácter pontual pagável ao próprio no montante de mil e oitocentos euros (1.800,00€) e ao abrigo do Regulamento Município Presente.-----

-----Assim, nos termos do artigo 10º. do Regulamento Município Presente o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere conceder o apoio no montante, a contratualizar e a pagar ao beneficiário conforme o previsto no artigo 11º. do citado Regulamento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano no objetivo 03 AÇÃO SOCIAL, Programa 001, Transferência para IPSS, Projeto 2017/5038 – Município e no Orçamento Municipal na rubrica 06020305.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

8.1.- APOIO E PROMOÇÃO DA INICIATIVA EMPRESARIAL:-----

8.1.1.-Encerramento da Empresa AVAILABLE ALGORITHM, LDª. – Rescisão de Contrato de Permanência no Ninho de Empresas de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício datado de 10 de janeiro corrente, de Engº. Miguel Alexandre Pedrogão de Jesus Santos Melo, gerente da empresa Available Agoritm, Unipessoal, Ldª. através da qual comunica nos termos da cláusula sexta alínea c), do contrato celebrado com esta Câmara relativo à instalação e permanência no Ninho de Empresas de Mortágua daquela Empresa a intenção de rescisão do referido contrato a partir de fevereiro de 2017, uma vez, que lamentavelmente, e face aos resultados desfavoráveis do negócio que desenvolveu com intuito de criar o próprio emprego se vê forçado a proceder ao seu encerramento. Agradece à Câmara Municipal todo o apoio prestado à criação e arranques daquele projeto empresarial.-----

-----Sobre o assunto foi presente a informação, datada de 10/01/2017, da Técnica responsável pelo Ninho de empresas em que dá conhecimento que o Engº. Miguel Alexandre Pedrogão de Jesus Santos Melo, procedeu ao encerramento da empresa Available Agoritm, Unipessoal, Ldª., NIPC 5136877599, em 10 de janeiro de 2017.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade rescindir o contrato com efeitos a 1 de fevereiro de 2017.-----

8.2.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

8.2.1.-Empreitada de Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira - Plano de Trabalhos Atualizado:-----

-----No seguimento da prorrogação de prazo aprovada na Reunião de Câmara de 21/12/2016 para a Empreitada de Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, pelo Senhor Presidente foi presente o Plano de Trabalhos Atualizado da mesma enviado em 4/01/2017, pela empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

adjudicatária, Socitop Unipessoal, Ld^a., tendo o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços emanado em 16/01/2017 a informação que a seguir se transcreve:-----

-----“O plano de trabalhos está de acordo com a prorrogação concedida, podendo ser aprovado”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o plano de trabalhos.-----

8.2.2.2^a. -Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Adjudicação por Concurso Público:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Final elaborado pelo júri do procedimento de concurso público para adjudicação da empreitada de Execução da 2^a. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado no respetivo processo de contratação pública, que foi desenvolvido nos termos do Código da Contratação Pública através da plataforma eletrónica sob o n.º. 45/2016, e no qual por unanimidade deliberou manter o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, considerando que não foram presentes quaisquer observações ou reclamações por parte dos concorrentes:---

-----a) Admitir a proposta do concorrente SOCITOP, UNIPESSOAL, LD^a;-----

-----b) Excluir as propostas dos seguintes concorrentes:-----

-----1.-AZINHEIRO 1929-ENGENHARIA, SA, por terem apresentado uma declaração em que informam que não apresentavam proposta tendo em consideração que o seu valor não se enquadrava no valor do preço base do procedimento.-----

-----2.-IRMÃOS ALMEIDA CABRAL, LD^a. por ter apresentado uma declaração que não apresentam proposta para a presente empreitada por não se enquadrar dentro do valor base estabelecido no procedimento.-----

-----3.-CIVIBÉRICA-OBRA CIVIS, SA, por ter apresentado declaração que não apresentam proposta e respetivos documentos exigidos no programa de concurso pelo motivo do valor desta ser superior ao preço base.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O valor da proposta admitida do concorrente SOCITOP, UNIPESSEAL ,LDª. - seiscentos e trinta e oito mil seiscentos e dez euros e oitenta e dois cêntimos (638.610,82€).-----

----Encontrando-se assim o processo em condições de ser proferida decisão final, propondo o júri a adjudicação do procedimento mencionado em epígrafe à proposta apresentada pela empresa Socitop, Unipessoal Ldª. pelo valor de seiscentos e trinta e oito mil seiscentos e dez euros e oitenta e dois cêntimos (638.610,82€), acrescido de IVA, e remetendo assim, nos termos do nº. 4 do artigo 148º. do Código dos Contratos Públicos, para o Órgão Executivo o Relatório Final, juntamente com os demais documentos do processo, para a decisão de contratação, para aprovação da proposta contida no relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.-----

-----Considerando que:-----

-----Nos termos do número 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento encontra-se sujeito à redação de contrato a escrito.-----

-----O presente procedimento encontra-se sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas.-----

-----O prazo de execução da obra é de 150 dias, prevendo-se que o contrato seja celebrado no mês de fevereiro, e a obra se inicie em março, considerando o tempo previsível do Visto Prévio ou Declaração de Conformidade do Tribunal de Contas.-----

-----Os fundos disponíveis são suficientes para a assunção no corrente ano das despesas decorrentes da presente empreitada que serão satisfeitas na seguinte rubrica, nos termos que se expressam: Rubrica do Plano Plurianual de Investimento - 08 003 Expansão da Zona Industrial, 2014/24 Infraestruturas” e Rubrica Orçamental 07030301 - "Viadutos, arruamentos e obras complementares", tendo sido efetuado o respetivamente o cabimentado sob o número 15791/2016 , e o compromisso sob o número 16743/2017.-----

-----O Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere:-----

-----Aprovar o Relatório Final apresentado pelo júri e adjudicar a empreitada de Execução da 2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira à firma Socitop, Unipessoal, Ldª. pelo valor de seiscentos e trinta e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

oito mil seiscientos e dez euros e oitenta e dois cêntimos (638.610,82 €), acrescido de IVA.----

----- A Câmara, depois de apreciado do assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

8.2.3.-Aquisição terreno a Albano Paulo Lopes Dias Almeida:-----

-----O Senhor Presidente informou que:-----

-----Em reunião de Câmara de 2/04/2014 a Câmara Municipal concedeu poderes ao Presidente da Câmara para desenvolver as diligências necessárias com vista à aquisição das parcelas de terreno necessárias à execução das obras de ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, conforme Plano de Pormenor aprovado na sessão ordinária de 30/12/2010 da Assembleia Municipal de Mortágua e tornado público pelo Aviso 4620/2011, publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 32, de 15 de fevereiro.-----

-----Para possibilitar a obra de ampliação será necessário adquirir a Albano Paulo Lopes Dias de Almeida, com o NIF 141577037, casado em regime da comunhão de adquiridos com Margarida Maria de Oliveira Afonso de Sousa Almeida, com o NIF 141577339, residentes na Avenida dos Bombeiros, 41, a parcela 53, com a área de 6.390 m2, situada em Gontinho, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 16694, com as confrontações: Norte – José Martins; Sul – Dr. Abel Festas Cancela de Abreu ; Nascente – Dr. Abel Festas Cancela de Abreu; poente - Estrada.-----

-----Tendo em vista a sua aquisição por via do direito privado que constitui a fase pré-expropriativa conforme se estabelece no artigo 11º. do Código das Expropriações foi elaborado Relatório de Avaliação por Perito da Lista Oficial do Tribunal da Relação de Coimbra, aprovado em Reunião de Câmara de 05/11/2014, que estabeleceu o valor de um euro e cinquenta cêntimos (1,50 €) o metro quadrado.-----

-----A Câmara em reunião de 5/08/2015 deliberou, face ao valor metro quadrado pago (3,00€) pelos terrenos confinantes destinados ao mesmo fim, solicitar novo Relatório de Avaliação dos terrenos abrangidos pelo Plano de Pormenor ao Perito da Lista Oficial de Tribunal da Relação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Coimbra, tendo deste modo sido aprovado na Reunião de Câmara de 2/09/2015 novo Relatório de Avaliação dos Terrenos que integram a área do Plano de Pormenor.-----

-----Deste modo no seguimento da negociação efetuada com o proprietário acima identificado por via do direito privado em conformidade com o disposto no artigo 11º. do Código das Expropriações aprovado pelo Decreto- Lei nº. 168/99, de 18 de setembro, foi celebrado um acordo de compra e venda da referida parcela de terreno pelo valor de três euros (3,00€) o metro quadrado.-----

-----Assim, proponho que a Câmara, ao abrigo da alínea g) do nº. 1 do artigo 33º. da Lei das nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibere adquirir aos proprietários acima identificados a parcela de terreno com a área de 6390 m2, situada em Gontinho, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 16694, com as confrontações supra referidas, e identificada na planta que se dá aqui por integralmente reproduzida, pelo valor de três euros (3,00€) o metro quadrado, perfazendo o valor total de dezanove mil cento e setenta euros (19.170,00€).-----

-----Que o título da aquisição – escritura pública- seja outorgado junto do Notário, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias.-----

-----Mais informou que a aquisição de terrenos para a Ampliação do Parque Industrial se encontra inscrito nas GOP para 2017, no objetivo 08 – Desenvolvimento Económico, Programa 003- Expansão da Zona Industrial, Projeto 2014/25 Aquisição de Terrenos e cabimentado na rubrica orçamental 07 0101 – Aquisição de Terrenos, tendo sido efetuado o respetivo compromisso no orçamento com o número sequencial 16746/2017.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente de aquisição da parcela terreno, com a área de 6390 m2, situada em Gontinho, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artº. 16694, as confrontações: Norte – José Martins; Sul – Dr. Abel Festas Canele de Abreu;



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Nascente – Dr. Abel Festas Cancela de Abreu; poente - Estrada, identificada na planta que se da aqui por integralmente reproduzida, pelo valor total de dezanove mil cento e setenta euros (19.170,00 €).-----

8.2.4.-Aquisição do terreno por leilão eletrónico no âmbito do Processo 47/07.6TBSCD

Comarca de Lisboa:-----

-----O Senhor Presidente informou que, no âmbito do processo nº. 47/07/6TBSCD, Comarca de Lisboa – Instância Central – 1ª. Seção de Execução – J9, a Câmara foi notificada na qualidade de titular do direito de preferência sobre o Prédio rústico, sito na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, concelho de Mortágua, confrontando a Norte com Estrada Nacional 228; Sul com LWC Metal, Lda.; Nascente com Município de Mortágua; Poente com Estrada Nacional 228, com a área de 22435 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o nº. 2843/20010919 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 16991, localizado União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, que o mesmo iria ser vendido, mediante venda em leilão eletrónico, para querendo exercer o direito de preferência no próprio ato se alguma proposta for aceite, sendo o prazo limite as dez horas do dia 11/01/2017, sendo os valores do leilão:-----

-----Valor base: setenta e cinco mil setecentos e oitenta e dois euros e setenta e nove cêntimos (75.782,79 €);-----

-----Valor de abertura: trinta e sete mil oitocentos e noventa e um euros e quarenta cêntimos (37.891, 40 €);-----

-----Valor mínimo: sessenta e quatro mil quatrocentos e quinze euros e trinta e sete cêntimos (64.415,37 €).-----

-----Assim, considerando que:-----

-----Apesar da existência do direito de preferência, pressupondo o seu exercício a apresentação de proposta por terceiros sendo a aquisição da parcela deste terreno absolutamente necessária à execução das obras de ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, conforme Plano de Pormenor aprovado na sessão ordinária de 30/12/2010



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da Assembleia Municipal de Mortágua e tornado público pelo Aviso 4620/2011, publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 32, de 15 de fevereiro;-----

-----Tendo a Câmara em reunião de 2/09/2015 aprovar Relatório de Avaliação dos Terrenos que integram a área do Plano de Pormenor, fixando assim o preço de três euros (3,00€) o metro quadrado para a sua aquisição;-----

-----Dada a impossibilidade de reunir a Câmara no período que mediou a comunicação e data limite de apresentação de proposta ao leilão eletrónico.-----

-----O Senhor Presidente, para efeitos e nos termos do nº 2 do artigo 35º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, informou que apresentou, em representação da Câmara Municipal, uma proposta no valor de cinquenta e um mil novecentos e dezasseis euros (51.916,00 €), para aquisição do terreno acima identificado, a qual por inexistência de outra proposta de terceiro que permitisse o exercício do direito de preferência, foi aceite, tornando-se assim necessária a Câmara ratificar o seu ato.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar o ato do Senhor Presidente.-----

9.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

9.1.-REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE:-----

9.1.1.-Aquisição de Terreno:-----

-----O Senhor Presidente informou da necessidade de se proceder à aquisição de terreno para a implantação do projeto, cuja empreitada já foi adjudicada, de “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre em Mortágua entre Ponte do Barril e o Parque Verde, apresentando para o efeito o Relatório de avaliação elaborado pelo Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos.-----

-----Identificação da Proprietária: Zidia Maria de Almeida Sacras Fernandes, com o NIF 129303941, residente na Rua Tomás da Fonseca, 41, 3450-162 MORTÁGUA.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Prédio inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 10148, com a área de 1740 m2.-----

-----Confrontações do Prédio: Norte – estrada; Sul – António Lopes de Almeida; Nascente – Ribeira; Poente – Estrada.-----

-----Localização do Prédio: Vessada da Ponte (Rua Luis de Camões), Barril, União de Freguesia Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----De acordo com o relatório de avaliação o valor de terreno é: 500 m2 a seis euros (6,00€); 1240 m2 a um euro e oitenta cêntimos (1,80€), totalizando assim cinco mil duzentos e trinta e dois euros (5.232,00 €).-----

-----Assim o Senhor Presidente propôs que se adquirisse o prédio acima identificado a Zidia Maria de Almeida Sacras Fernandes, com o NIF 129303941, residente na Rua Tomás da Fonseca, 41, 3450-162 MORTÁGUA, pelo valor de cinco mil duzentos e trinta e dois euros (5.232,00 €), considerando o Relatório de Avaliação do mesmo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita no orçamento na rubrica 070301 – Aquisição de terrenos e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 010 Defesa do Meio Ambiente, Projeto 002 Recuperação, Manutenção e Requalificação de Ribeiras, no projeto 2014/40- Aquisição de terrenos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

10.-ADMINISTRAÇÃO:-----

10.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2017:-----

-----O Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores: -----

-----Reforço de financiamento definido – sessenta e sete mil e quinhentos euros (67.500,00 €);



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Anulação de financiamento não definido – sessenta e dois mil e quinhentos euros (62.500,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano a Câmara deliberou por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

10.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – duzentos e quarenta e nove mil e quinhentos euros (249.500,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – duzentos mil euros (200.000,00 €).-----

-----Reforço despesas de correntes – quatro mil euros (4.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de correntes– cinquenta e três mil e quinhentos euros (53.500,00 €).---

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

10.3.-PROJETO DE REGULAMENTO CARTÃO MORTÁGUA SÉNIOR:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----A Câmara Municipal aprovou na reunião realizada em 16/03/2016 submeter a discussão pública nos termos do Código do Procedimento Administrativo, o Regulamento Cartão Mortágua Sénior.-----

-----A discussão pública consiste na recolha de observações e sugestões de todos os interessados Sobre o projeto, com vista à respetiva ponderação e elaboração da versão final.---

-----No âmbito da consulta pública, o aviso de abertura do período de apreciação pública



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

foi publicado no Diário da República 2ª. Série, nº. 104 , de 31 de maio de 2016, sob a forma de Aviso nº.6826/2106, sendo que a publicitação deste período foi efetuada igualmente, através de Aviso datado de 31/05/2016, no Jornal Defesa da Beira de 17/06/2016, no sítio da internet do Município de Mortágua, para além de afixação nos lugares de estilo.-----

-----Os documentos constituintes do Projeto de o Regulamento Cartão Mortágua Sénior estiveram durante o período de apreciação pública, 1 de junho a 13 de julho (30 dias úteis após a sua publicação no Diário da República, conforme dispõe o CPA), à disposição do público em geral nos Serviços Administrativos da Divisão de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Mortágua.-----

-----Durante o período de apreciação pública não foi apresentada qualquer sugestão de alteração ao Projeto de Regulamento.-----

-----Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Mortágua que aprove o Projeto de Regulamento Cartão Mortágua Sénior que se dá aqui por integralmente reproduzido, para efeitos de ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A Câmara por maioria, com quatro votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes, deliberou aprovar a proposta.-----

-----Mais deliberou por unanimidade submeter o Projeto de Regulamento, de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea k) e v), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à apreciação e votação da Assembleia Municipal , conforme dispõe a alínea g) do n.º 1 do artigo 25º. do Anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro.-----

10.4. – EMISSÃO PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MAURO TOMÁS CABRAL – AEC – ENSINO DE INGLÊS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Contratação Público que a seguir se transcreve para efeitos de emissão de parecer vinculativo para prorrogação do prazo de Contrato de Prestação de Serviços com Mauro José Tomaz Cabral para ministrar o ensino de inglês no âmbito das AEC do 1º. CEB:-----

-----“Assunto: Emissão de parecer vinculativo para a prorrogação do prazo do contrato de prestações de serviços Mauro Tomás Cabral – AEC- Ensino de Inglês.-----

-----I-Objecto do contrato.-----

---O contrato de prestação de serviço acima identificado tem como objecto a prestação de serviços lecionar o inglês aos alunos do 1º ciclo básico público, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular constantes no Despacho nº 14460/2008, publicado no Diário da República nº. 100 de 26 de Maio, em horário a designar, podendo ainda prestar apoio pedagógico, durante o período de interrupção lectiva, em iniciativas do município e em actividades onde o município seja parceiro, relacionadas com crianças do ensino básico.-----

-----O seu período de vigência terminou a 31 de Dezembro de 2016 , podendo o seu prazo ser prorrogado expressamente se mantivesse a impossibilidade da implementação das AEC com recursos disponíveis pelo agrupamento de escolas, conforme era estabelecido na clausula 7ª do caderno de encargos do procedimento inicial. Actualmente esse condicionalismo mantém-se.---

-----O município possuía duas alternativas, uma era a opção de abertura de novo procedimento, a outra, era optando pela prorrogação do prazo. Esta ultima é a mais vantajosa para o município, quer a nível financeiro uma vez que se mantém os mesmos honorários anteriores, quer também a nível administrativo e funcional dado que não houve por parte do prestador de serviços interrupção de funções.-----

----- II-Parecer prévio vinculativo.-----

-----1.-Nos termos do nº 1 do artigo 51º da Lei 42/2016, de 28 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2017), a renovação do contrato carece de parecer prévio vinculativo .-----

-----2.-Nos termos deste mesmo nº 5 o parecer prévio depende:-----

----a) De se tratar de execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vinculo de emprego público.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----b) Da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções;-----

c) Declaração de cabimento orçamental;-----

d) Verificação do cumprimento do nº 2 do artigo 49º da citada Lei 42/2016.-----

-----3-- Verificação dos requisitos:-----

-----No presente contrato a renovar verifica-se que:-----

-----a) Trata-se de execução de trabalho não subordinado e dado o tipo de serviços a prestar, não se justifica o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público;-----

-----b) Quanto à alínea b) do anterior ponto 2, as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia ao INA prevista na Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro, nos termos da nota técnica 5/JP /2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública.-----

-----c) O cabimento da despesa foi efetuado através do lançamento nº. 15980.-----

-----d) Nos termos do nº1 do artigo 35º da já citada Lei 42/2016, os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016.-----

-----No presente contrato o valor a pagar é do mesmo valor do pago em 2016, 1.170€/mensais. -----

-----Assim o contrato a renovar cumpre aquela norma.-----

-----III-Da proposta em sentido estrito:-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas estão reunidos, no presente caso individual e concreto, todos os requisitos necessários à emissão de parecer prévio vinculativo.-----

-----Nos termos do nº 7 do artigo 51º da citada Lei 42/2016 a competência para emissão do parecer prévio vinculativo pertence ao órgão executivo.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer vinculativo favorável à prorrogação do prazo do contrato de prestações de serviços.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.5. – EMISSÃO PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM HÉLIA MARIA MORAIS TOMÉ DURO – AEC – ENSINO DE INGLÊS :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Público que a seguir se transcreve para efeitos de emissão de parecer vinculativo para prorrogação do prazo de Contrato de Prestação de Serviços com Hélia Maria Morais Tomé Duro para ministrar o ensino de inglês no âmbito das AEC do 1º. CEB:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para a prorrogação do prazo do contrato de prestações de serviços com Hélia Maria Morais Tomé Duro – AEC- Ensino de Inglês-----

-----I-Objecto do contrato:-----

-----O contrato de prestação de serviço acima identificado tem como objecto a prestação de serviços lecionar o inglês aos alunos do 1º ciclo básico público, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular constantes no Despacho nº 14460/2008, publicado no Diário da República nº. 100 de 26 de maio, em horário a designar, podendo ainda prestar apoio pedagógico, durante o período de interrupção letiva, em iniciativas do município e em actividades onde o município seja parceiro, relacionadas com crianças do ensino básico.-----

-----O seu período de vigência terminou a 31 de dezembro de 2016, podendo o seu prazo ser prorrogado expressamente até ao limite de três anos se mantivesse a impossibilidade da implementação das AEC com recursos disponíveis pelo agrupamento de escolas, conforme era estabelecido na clausula 7ª do caderno de encargos do procedimento inicial. Actualmente esse condicionalismo mantém-se.-----

-----O município possuía duas alternativas, uma era a opção de abertura de novo procedimento, a outra, era optando pela prorrogação do prazo. Esta ultima é a mais vantajosa para o município, quer a nível financeiro uma vez que se mantém os mesmos honorários anteriores, quer também a nível administrativo e funcional dado que não houve por parte do prestador de serviços interrupção de funções.-----

-----II-Parecer prévio vinculativo:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----1.-Nos termos do nº 1 do artigo 51º da Lei 42/2016, de 28 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2017), a renovação do contrato carece de parecer prévio vinculativo .-----

-----2.-Nos termos deste mesmo nº 5 o parecer prévio depende:-----

-----a) De se tratar de execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público;-----

-----b) Da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções;-----

-----c) Declaração de cabimento orçamental;-----

-----d) Verificação do cumprimento do nº 2 do artigo 49º da citada Lei 42/2016.-----

-----3- Verificação dos requisitos:-----

-----No presente contrato a renovar verifica-se que:-----

-----a) Trata-se de execução de trabalho não subordinado e dado o tipo de serviços a prestar, não se justifica o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público. -----

-----b) Quanto à alínea b) do anterior ponto 2, as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia ao INA prevista na Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro, nos termos da nota técnica 5/JP /2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública.-----

-----c) O cabimento da despesa foi efetuado através do lançamento nº.15979.-----

-----d) Nos termos do nº1 do artigo 35º da já citada Lei 42/2016, os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016.-----

-----No presente contrato o valor a pagar é do mesmo valor do pago em 2016,1.170€/mensais.

-----Assim o contrato a renovar cumpre aquela norma.-----

-----III-Da proposta em sentido estrito:-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas estão reunidos, no presente caso individual e concreto, todos os requisitos necessários à emissão de parecer prévio vinculativo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Nos termos do nº 7 do artigo 51º da citada Lei 42/2016 a competência para emissão do parecer prévio vinculativo pertence ao órgão executivo.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer vinculativo favorável à prorrogação do prazo do contrato de prestações de serviços.-----

10.6. – EMISSÃO PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LUCIA SUSANA OLIVEIRA RODRIGUES – AEC – ENSINO DE MÚSICA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Público que a seguir se transcreve para efeitos de emissão de parecer vinculativo para prorrogação do prazo de Contrato de Prestação de Serviços com Lúcia Susana Oliveira Rodrigues para ministrar o ensino da música no âmbito das AEC do 1º. CEB:-----

-----“ASSUNTO: Emissão de parecer vinculativo para a prorrogação do prazo do contrato de prestações de serviços com Lúcia Susana Oliveira Rodrigues – AEC- Ensino de Música.-----

-----I-Objecto do contrato:-----

-----O contrato de prestação de serviço acima identificado tem como objecto a prestação de serviços lecionar o ensino de música aos alunos do 1º ciclo básico público, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular constantes no Despacho nº 14460/2008, publicado no Diário da República nº. 100 de 26 de Maio, em horário a designar, podendo ainda prestar apoio pedagógico, durante o período de interrupção lectiva, em iniciativas do município e em actividades onde o município seja parceiro, relacionadas com crianças do ensino básico.-----

-----O seu período de vigência terminou a 31 de Dezembro de 2016 , podendo o seu prazo ser prorrogado expressamente se mantivesse a impossibilidade da implementação das AEC com recursos disponíveis pelo agrupamento de escolas, conforme era estabelecido na clausula 7ª do caderno de encargos do procedimento inicial. Actualmente esse condicionalismo mantem-se.---

-----O município possuía duas alternativas, uma era a opção de abertura de novo procedimento, a outra, era optando pela prorrogação do prazo. Esta ultima é a mais vantajosa para o município, quer a nível financeiro uma vez que se mantém os mesmos honorários



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

anteriores, quer também a nível administrativo e funcional dado que não houve por parte do prestador de serviços interrupção de funções.-----

-----II-Parecer prévio vinculativo.-----

-----1.-Nos termos do nº 1 do artigo 51º da Lei 42/2016, de 28 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2017), a renovação do contrato carece de parecer prévio vinculativo.-----

-----2.-Nos termos deste mesmo nº 5 o parecer prévio depende:-----

-----a) De se tratar de execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público.-----

-----b) Da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções;-----

-----c) Declaração de cabimento orçamental;-----

-----d) Verificação do cumprimento do nº 2 do artigo 49º da citada Lei 42/2016.-----

-----3- Verificação dos requisitos:-----

-----No presente contrato a renovar verifica-se que:-----

-----a) Trata-se de execução de trabalho não subordinado e dado o tipo de serviços a prestar, não se justifica o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público. -----

-----b) Quanto à alínea b) do anterior ponto 2, as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia ao INA prevista na Portaria 48/2014, de 26 de fevereiro, nos termos da nota técnica 5/JP /2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública.-----

-----c) O cabimento da despesa foi efetuado através do lançamento nº15978.-----

-----d) Nos termos do nº1 do artigo 35º da já citada Lei 42/2016, os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016.-----

-----No presente contrato o valor a pagar é do mesmo valor do pago em 2016, 1.170€/mensais. -----

-----Assim o contrato a renovar cumpre aquela norma.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----III-Da proposta em sentido estrito.-----

-----Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas estão reunidos, no presente caso individual e concreto, todos os requisitos necessários à emissão de parecer prévio vinculativo.-----

-----Nos termos do nº 7 do artigo 51º da citada Lei 42/2016 a competência para emissão do parecer prévio vinculativo pertence ao órgão executivo”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer vinculativo favorável à prorrogação do prazo do contrato de prestações de serviços.-----

10.7.-PROCESSO Nº. 505/16.1. BEVIS – PROVIDENCIA INCIDENTAL DE LEVANTAMENTO DO EFEITO SUSPENSIVO AUTOMÁTICO – ARTIGO 103º. –A DO CPTA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a decisão proferida em 13/01/2017 pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu sobre à Providencia Incidental de levantamento do Efeito Suspensivo Automático do processo nº. 505/16.1 BEVIS processo de contencioso Pré-contratual apresentado pela Framegas & Santos, Lda. e Silvexplor – Silvicultura Unipessoal,Lda. contra o Município de Mortágua relativamente ao processo de adjudicação da empreitada “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percurso Pedestre em Mortágua entre Ponte do Barril e o Parque Verde, tendo julgado o incidente precedente e em consequência decidido levantar o efeito suspensivo automático da execução do contrato nos termos do artº. 103-A do CPTA.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.8.-CONTRATO DE COMODATO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RADIOCOMUNICAÇÕES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o minuta de contrato de comodato a celebrar com VODAFONE PORTUGAL – Comunicações Pessoais, S.A. com sede no Parque das Nações, Avenida D. João II, , lote 1.04.01, 1998 – 017 Lisboa, pessoa coletiva 502544180, para disponibilização pelo Município, a título gratuito, de um espaço com 4 m2, sito na Rua da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Lomba da Igreja, s/, 3450 – 012 Cercosa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o nº. 0075/110303, inscrito na freguesia de Cercosa sob o artigo 145, para a implantação de equipamento de radiocomunicações, pelo prazo de seis anos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a celebração do contrato.-----

10.9.-PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA E A HERMES – COOPERATIVA DE PROGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, CRL, SOBRE O PROJETO “OUTRAS VOZES, OUTRAS GENTES – MOSTRA EM REDE DE TEATRO DOCUMENTAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo celebrar com a Hermes – Cooperativa de Programação e Produção de Eventos Culturais, CRL., com sede na Rua Aires de Campos, nº. 6, 3030 – 014 Coimbra, com o NIPC 513795529 e que tem por objetivo o acolhimento no Centro de Animação Cultural de Mortágua dos espetáculo integrantes do projeto “Outras vozes, outras gentes – Mostra em Rede de Teatro Documental” apoiado pelo Ministério da Cultura através da Direção das Artes.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade celebrar o protocolo proposto.-----

10.10.-ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA BEIRA ALTA E DOURO SUL – DISSOLUÇÃO:-----

-----O Senhor Presidente informou que a Direção do Tribunal de Contas notificou o Município relativamente à não remessa tempestiva das contas de gerência referentes ao ano de 2015 da Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul, o que constitui infração processual financeira punível com pena de multa nos termos da alínea a) do nº. 1 do artigo 66º. aa LOPTC.-----

-----Assim foi enviado um ofício Refº 13 de 5/01/2017 ao Tribunal Contas como contraditório a informar que:-----

-----Não havendo memória de que o Município fizesse parte da Associação da Beira Alta e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Douro Sul e após compulsar documentação existente em arquivo contactou-se que a referida Associação foi constituída em 15 de junho de 1987 e que o Município é associado.-----

-----Na sequência da referida consulta e após troca de informação com algumas Câmaras associadas, verifica-se que a Associação de Municípios da Beira Alta e Douro Sul nunca teve qualquer atividade desde a sua constituição, por outro lado, da análise do seu objeto e fins resulta que os mesmos estão desajustados relativamente à organização administrativa atual e existem organismos cujas competências asseguram a persecução de tais objetivos.-----

-----Assim, afigura-se como solução a dissolução da Associação, nos termos do artigo 22º. dos seus estatutos, devendo no entender desta Autarquia o processo ser liderado pela Câmara de Viseu, onde se situa a sua sede, manifestando a total disponibilidade para participar ativamente no processo.-----

-----Por último, atendendo à previsível morosidade do processo de dissolução, visto que são necessárias deliberações dos órgãos executivos e deliberativos de pelo menos quatro quintos dos membros da assembleia geral solicitou-se a concessão de um prazo de 6 meses para efeito.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria com cinco votos a favor sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e uma abstenção da Vereadora Dr.^a Márcia Maria dos Santos Lopes, eleito pelo PS, propor à Assembleia Municipal a dissolução da referida Associação nos termos e para os efeitos do artigo 22º. dos seus Estatutos.-----

10.11.-VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MÁRIO SOARES:-----

-----O Senhor Presidente apresentou o seguinte Voto de Pesar:-----

-----“Voto de Pesar.-----

-----A 07 de dezembro de 1924, Lisboa vê nascer Mário Alberto Nobre Lopes Soares.-----

-----Figura maior, que a memória jamais permitirá que se extinga, Mário Soares imprimiu o seu nome na história de Portugal e da Europa, enquanto firme lutador pela liberdade, aguerrido defensor dos direitos humanos, político brilhante, estratega, homem livre, pensador desprovido de dogmas e preconceitos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Sofreu as agruras de uma deportação, sem julgamento, em São Tomé e o posterior exílio em Paris. Foi, ainda, um dos membros fundadores do Partido Socialista, em 1973, tendo regressado a Portugal três dias depois da Revolução de Abril.-----

-----Ao longo da sua extensa vida, desempenhou os mais elevados cargos do País e foi, até ao fim, voz ativa e participativa, exemplo daquilo que é, e que deve ser, o exercício cívico de cidadania.-----

-----Foi no exercício das suas funções, enquanto Primeiro Ministro, que nos “abriu as portas” da Europa, contribuindo para a modernização de um Portugal ainda bastante fragilizado e subdesenvolvido, resultado de décadas de subjugação à ditadura fascista.-----

-----Podendo não ser consensual, como acontece com todos aqueles que demonstram brilhantismo e ousam propugnar e lutar por aquilo em que acreditam, é, sem dúvida, uma figura que marcou de forma indelével a nossa Nação.-----

-----Combatente incansável pela Liberdade e Democracia, defensor de Portugal e das suas gentes, é inquestionável o seu legado, pelo que proponho um **voto de pesar** pelo seu falecimento, transmitido aos seus filhos, Isabel e João Soares, ao Partido Socialista e à Assembleia Municipal de Mortágua para conhecimento e fins tidos por convenientes.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Voto de Pesar.-----

11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

11.1.-REQº. 352/2016, PROCESSO Nº. 01/2016/100, REQUERIDO PELA REPSOL GÁS DE PORTUGAL, S.A PARA ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM DE GPL – CLASSE A1, NO POLO INDUSTRIAL DE VALE DE BORREGÃO, MARMELEIRA:-----

-----No seguimento da deliberação tomada a Reunião de Câmara de 07/12/2016 pelo Senhor Presidente foi presente processo nº. 01/2016/100, cujo requerente é Repsol Gás Portugal, SA para licenciamento da alteração/ampliação de instalação de armazenagem de GPL – Classe A1 Rua Democrática, no Polo Industrial de Vale de Borregão, Freguesia da Marmeleira,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

acompanhado da proposta de decisão final elaborado pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Conservação do Território, datada de 13/12/2016, que a seguir se transcreve:-----

-----“Em resposta à vossa reclamação e consequente parecer técnico da Divisão de planeamento e Administração do Território de 03.10.2016, que se anexa informa-se V. Ex.cia que concluímos que neste tipo de operação urbanística, se afiguram, caso geral, a existência de 2 tipos de licenciamento:-----

-----1.- da operação da edificação (projeto da edificação, estabilidade, fundações, apoios , betão armado, pilares, pavimentos cimentados, vedação exterior perimetral) com enquadramento na alínea a) do artigo 2º. e alínea c) do nº.2 do artigo 4º. do RJUE – DL nº.555/99 alterado pelo DL nº.136/2014 de 9 de setembro e ainda no nº. 2 do artigo 5º. do DL nº. 217/2012 de 9 de outubro (instalações de combustíveis).-----

-----2. da instalação e funcionamento dos equipamentos garantindo a conformidade das instalações com os requisitos específicos de armazenamento de combustíveis através do licenciamento simplificado da instalação, com enquadramento legal no nº. 3 do artigo 5º. do DL nº. 267/2002 alterado pelo DL nº.217/2012 de 9 de outubro e o nº. 1 do artigo 18º. da portaria nº. 1515/2007 de 30 de novembro.-----

-----No caso concreto em análise e uma vez que é indicado no último parágrafo da reclamação que se trata de um aumento de capacidade do reservatório, de 4,48 m3 por 7,48m3, no mesmo recinto, e portanto, sem necessidade de proceder a trabalhos de construção/edificação, não se justifica, pois, o licenciamento da edificação com base no RJUE, explicitado na alínea 1.-----

-----Mantem-se, contudo, o procedimento de “licenciamento simplificado da instalação” nos termos do DL nº. 217/2012 e Portaria nº. 1515/2007, atrás explicitado na alínea 2.”. -----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou unanimidade notificar o requerente do teor da informação dos serviços técnicos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.2.-REQº. 711/2014 PROCº. Nº.01/2014/17, CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL SITO NO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA :-----

-----Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos da presente Reunião.-----

11.3.- REQº. 779/2016 DA JUNTA DE FREGUESIA DE CERCOSA PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO EM COMO O EDIFÍCIO DA ANTIGA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA ESTA AFETA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / ISENTA DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º. 05/2016/19, requerimento nº. 779/2016, da Freguesia de Cercosa, com sede na Rua da Lomba da Igreja nº.5, 3450 – 013 Cercosa, NIF 506956962 a requerer a emissão de certidão em que conste que o prédio urbano com o artigo matricial 216, situado na Rua Marco da Eira, nº.8 no lugar de Cercosa, 3450 – 013 Cercosa, foi construído após 13 de agosto de 1951 mas está afeto à administração pública e por isso não necessita de licença de utilização.-----

----Sobre o assunto foi presente o seguinte Parecer Técnico, do Chefe de Divisão da DPAT, datada de 24/11/2016:-----

-----“ O edifício inicial e ainda atual, foi construído com base em protocolos e comparticipação de financiamento da Administração Central e Local, nos anos 1985 a 1987, destinados à construção de diversas Sedes de Juntas de Freguesia.-----

-----Face à atual legislação, consubstanciada no DL nº. 555/99 alterada pelo D.L. nº. 13/136/2014, trata-se de um edifício público da posse da Autarquia – Junta de Freguesia de Cercosa, constituindo-se assim numa operação urbanística isenta de controlo prévio (artigo 7º, nº.1) mas sujeita à observação de normas legais e regulamentares aplicáveis bem como às normas técnicas de construção (artigo 7º. Nº. 6).-----

-----Nestes termos, a antiga Sede da Junta de Freguesia de Cercosa está isenta da “autorização de utilização “prevista nos artigos 62º. ao 66º. do DL nº. 136/2014”.-----

-----Contudo, a entrada do processo de obras nº. 01.2015.140 relativo à “transformação deste



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

edifício em habitação” terá de seguir toda a tramitação legal aplicável, carecendo, pois, e após a sua conclusão, da respetiva autorização de utilização”.-----

-----A Câmara, considerando o parecer técnico do Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

11.4.-PROCESSO Nº. 2016/68 DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE OU AMPLIAÇÃO DE NÚMERO DE COMPARTES DE PRÉDIOS RÚSTICOS:-----


-----Pelo Senhor Presidente foi o processo nº. 2016/58, requerimento 2016/832, de Olinda Maria Gomes Faria Melo, a requerer, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Leontina Ferreira Gomes, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes relativamente ao seu prédio sito em Coval, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Trezoi sob o artigo nº. 20149, com a área 0.14900 ha para efeitos de registo de escritura pública de Partilha a favor de Olinda Mari Gomes Faria Melo e de Rui Manuel Pereira Faria.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto e as informações constantes no processo deliberou por unanimidade aprovar a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão
e pelo Senhor Presidente.-----